

A sociologia brasileira e os primeiros estudos sobre a juventude e o universo estudantil

Fabiano P. Silva¹

RESUMO

Os primeiros estudos sobre a juventude e o universo estudantil na sociologia brasileira datam do início da década de 1960. Até então, pouca atenção foi dada às questões relativas aos jovens, os movimentos juvenis e seu papel na sociedade moderna. O presente artigo toma como objetivo fazer uma síntese desses primeiros trabalhos que contribuíram para o entendimento da juventude enquanto categoria social e que demarcam, desta forma, os primeiros esforços em direção a uma sociologia da juventude no Brasil. Para tanto, vamos nos ater mais especificamente aos textos de Otávio Ianni e Marialice Foracchi, limitando assim o alcance de nosso esforço. Contudo, achamos necessário retomar aqui as contribuições de Karl Mannheim e seu empenho pioneiro no debate sociológico da geração e da juventude lançando, desta forma, as bases para os futuros estudos nesta área.

Palavras-chave: Juventude, movimentos juvenis, sociologia brasileira, Karl Mannheim.

ABSTRACT

The first studies on youth and the student universe in Brazilian sociology date from the early 1960s. Until then, little attention was paid to issues relating to young, youth movements and their role in modern society. This article aims to make a synthesis of these early works that contributed to the understanding of youth as a social category and that demarcates, thus, the first efforts toward a sociology of youth in Brazil. For this, we will stick specifically to texts of Marialice Foracchi and Otávio Ianni, therefore limiting the scope of our effort. However, we need to restate here the contributions of Karl Mannheim and his pioneering efforts in sociological debate of the generation and youth interjecting, this way, the groundwork for future studies in this area.

Keywords: Youth, youth movements, Brazilian Sociology, Karl Mannheim.

"Os limites impostos ao prazer excitam o prazer de viver sem limites".
(Frase pichada por estudantes franceses durante o maio de 1968).

Introdução

Podemos apontar o início do século XX como marco inicial para os estudos de uma “sociologia da juventude”. Embora questões relativas a este tema já fizessem parte das preocupações investigativas dos teóricos da Escola de Chicago, na década de 20, – que o tratou a partir da questão do desvio social – foi só a partir dos trabalhos de Karl Mannheim que a sociologia avançaria nos estudos deste tema ainda pouco explorado.

É assim que Mannheim, já em 1928, apresenta em seu ensaio “o problema das gerações” questões como: as mudanças geracionais; a transmissão dos bens culturais para as gerações seguintes, bem como a necessidade de novos portadores de cultura para a revitalização da dinâmica social. Desta forma, o autor inaugura os estudos pioneiros dentro do que ficaria conhecido posteriormente como “sociologia da juventude”. Depois dele, vários outros se seguiram na abordagem do universo estudantil; ora estabelecendo um diálogo, ora ressaltando novos aspectos ainda não trazidos pela investigação sociológica.

Foi a partir da segunda metade do século XX – com o constante crescimento do número de estudantes nas grandes cidades da Europa e da América – que iriam ocorrer as primeiras manifestações do contingente estudantil. Para Hobsbawm (1995), o crescimento do universo populacional estudantil, no pós guerra, teria implicações diretas na dinâmica desse novo grupo em ascensão e, por sua vez, na sociedade – como foi o caso do maio de 68. Como ressalta o autor,

“no fim da Segunda Guerra Mundial havia menos de 100 mil estudantes na França. Em 1960, eram mais de 200 mil e, nos dez anos seguintes, esse número triplicou para 651 mil. [...] As consequências mais imediatas e diretas foi uma inevitável tensão entre essa massa de estudantes, em sua maioria de primeira geração, despejada nas universidades e instituições que não estavam física, organizacional e intelectualmente preparadas para tal influxo” (HOBSBAWM. 1995. p.295).

Em início dos anos de 1960, autores como Bourdieu e Passeron já demonstravam interesse nas especificidades do universo estudantil. No texto “*o tempo e o espaço no mundo estudantil*”, de 1964, os autores (BORDIEU & PASSERON, 1968, p.62) observam de forma original que: “a condição de estudante permite quebrar os padrões temporais da vida social ou mudar-lhes a ordem”. Para os autores, o tempo e o espaço no mundo estudantil se diferenciam em relação as outras categorias sociais. O tempo requerido para os estudos permite ao estudante vivenciar situação diferenciada dentro da sociedade em relação a outros grupos sociais. Os estudantes “vivem no ritmo do ano universitário”, ditado pelo ritmo dos estudos. É com base nesta singularidade, típica deste grupo social, que os autores desenvolvem suas observações sobre o tema a partir de pesquisas de campo.

No Brasil, os primeiros estudos sobre o universo estudantil datam da segunda metade da década de 1960. Nesta época, sob o regime ditatorial, o país vivia um momento singular de sua história: a recente tomada do poder pelos militares, em 1964, daria o tom, nos anos seguintes, dos momentos difíceis de repressão e silenciamento pelos quais passariam o povo brasileiro e, em grande parte, seus jovens.

A sociologia brasileira – que num primeiro momento vai se preocupar com os problemas decorrentes da transição de uma sociedade baseada numa economia agrária para uma economia de base industrial – passaria a refletir, já na segunda metade do século XX,

sobre os fenômenos típicos da expansão dos centros urbanos, entre outros temas (IANNI, 1989). Desta forma, a urbanização dos grandes centros brasileiros – assim como nos países europeus – traria consequências mais amplas para a sociedade, permitindo destacar, no universo dos objetos passíveis de estudos sociológicos, a situação do estudante enquanto categoria social emergente.

O presente artigo tem como finalidade fazer uma síntese dos primeiros trabalhos que contribuíram para uma sociologia da juventude brasileira. Assim, tomamos como ponto de partida as contribuições de Otávio Ianni e Marialice Foracchi no que diz respeito à reflexão da juventude enquanto categoria social e seu papel na sociedade moderna. Nosso texto se divide em três momentos, são eles: 1) os antecedentes de uma sociologia da juventude brasileira, em que faremos uma breve retomada dos textos de Karl Mannheim e suas contribuições para esta área; 2) A contribuição de Otávio Ianni a partir de seu texto *o jovem radical*; e 3) o legado teórico de Marialice Foracchi e suas pesquisas sobre o jovem e o estudante na sociedade moderna. Por fim, esperamos contribuir para a reflexão do assunto ora discutido sem perder de vista seu caráter de incompletude diante dos recortes feitos pelo autor na exposição do tema.

1. Antecedentes de uma sociologia da juventude brasileira

Consideramos importante expor aqui, embora de forma resumida, as contribuições teóricas de Karl Mannheim a respeito de seus trabalhos que dialogam com o nosso tema. Como afirmamos acima, Mannheim inova ao trazer para o campo sociológico questões ainda não exploradas (ou pouco exploradas) por esta disciplina como, por exemplo: a questão da juventude nas sociedades modernas, bem como seu estudo sobre as gerações. Desta forma, o autor lança as bases para a pesquisa da juventude que serviriam de apoio, anos mais tarde, para os pesquisadores brasileiros deste tema.

Em “*o problema sociológico das gerações*” – presente no livro “*Ensaio de uma sociologia do conhecimento*” – o autor começa por mostrar a especificidade da noção de geração. Para tanto, busca fazer uma distinção da idéia de geração em oposição aos “grupos sociais concretos” como a família, a tribo e a seita. O que diferencia a geração em relação aos grupos concretos é o fato de que, na primeira, não há necessariamente laços existenciais e de proximidade; enquanto, na segunda, estes laços são essenciais para a coesão dos grupos concretos. Sendo assim, para Mannheim (1982, p.69) a geração não é um grupo “[...] que não pode existir sem os seus membros terem um conhecimento concreto uns dos outros [...]”. Tampouco se assemelha as associações como as organizações com estatutos escritos etc. Então, como seria possível compreender sociologicamente a natureza da geração?

Mannheim vai responder a esta questão procurando aproximar a noção de geração a uma outra categoria social. Desta forma, a geração é apresentada pelo autor como algo que se assemelha estruturalmente à posição de classe (ocupada por um indivíduo na sociedade). O autor explica que o indivíduo pertence a determinada classe, quer tenha ou não consciência disso, quer aceite ou não. Da mesma forma se dá com a geração: o indivíduo pertence a determinada geração quer tenha ou não consciência disso, quer aceite ou não.

Para Mannheim (*idem*, p.69), “a posição de classe baseava-se na existência de uma estrutura econômica e de poder em transformação na sociedade. [Enquanto que] a situação de geração está baseada na existência de um ritmo biológico na vida humana”. Groppo (2000, p.20) entende que, desta forma, “a geração poderia ser considerada uma vivência social criada

a partir de um fundamento natural". Embora Mannheim (1982, p. 72) relacione a situação da geração a fatores biológicos, o autor vai insistir na idéia de que a geração, enquanto fenômeno, possui características peculiares que não são de ordem biológica:

Não fosse pela existência de interação social entre seres humanos, pela existência de uma estrutura social definida, e pela história estar baseada em um tipo particular de continuidade, a geração não existiria como um fenômeno de localização social; existiria apenas nascimento, envelhecimento e morte.

É assim que para Mannheim é preciso situar o conceito de geração sem perder de vista seu vínculo com os processos históricos e sociais. A geração diz respeito a um grupo de indivíduos – situados numa mesma fase de vida – e que partilham de uma situação comum da qual é possível vivenciar experiências e ações típicas desse grupo.

Após enunciar os pressupostos básicos de uma “teoria da geração”, Mannheim trabalharia mais tarde nos estudos sobre a juventude. Este tema foi abordado em seu ensaio “*o problema da juventude na sociedade moderna*”. Neste momento o autor (MANNHEIM, 1968, p. 69) parte da seguinte problemática: “qual o significado da juventude na sociedade? [E] com que pode a juventude contribuir para a vida da sociedade?”. A novidade sociológica sobre o tema é ressaltada pelo próprio autor em dois pontos: o primeiro diz respeito a análise histórica e concreta em que a juventude atuará; o segundo, está ligado à reciprocidade entre juventude e sociedade.

A juventude, para Mannheim, é vista como uma reserva de “recursos latentes” que a sociedade pode mobilizar. É assim que, para o sociólogo, “a função específica da mocidade é um agente revitalizante; é uma espécie de reserva que só se põe em evidência quando essa revitalização for necessária para o ajustamento para circunstâncias em rápida mudança ou completamente novas” (MANNHEIM, 1968, p.72).

No entanto, a função que o jovem pode desempenhar varia de uma sociedade para outra. Nas “sociedades estáticas”, é comum a confiança de seus destinos na experiência dos mais velhos. Enquanto que na sociedade moderna, a juventude é sempre uma força em potencial. Ao afirmar que o jovem é um agente revitalizador, Mannheim (1968, p. 73) aponta para o fato primordial que coloca a juventude em tal situação: “além de seu maior espírito de aventura, ela ainda não está completamente enredada no *status quo* da ordem social”.

Os estudos sobre o conceito de geração e juventude de Karl Mannheim traz para o campo das questões sociológicas o debate sobre este tema até então esquecido (ou deixado de lado) pela sociologia clássica. A sua retomada por cientistas sociais brasileiros no início dos anos de 1960, dá continuidade a este debate a partir dos marcos de uma sociedade industrial levantando questões que buscaram pensar a singularidade da juventude brasileira.

2. Otávio Ianni e o jovem radical

Talvez o primeiro esforço no sentido de se pensar a situação do jovem nos quadros da sociologia brasileira – levando em conta as tensões inerentes de sua conexão com o universo sócio-econômico e visto através de um processo histórico – tenha como o marco inicial o texto de Otávio Ianni “*O jovem radical*”, extraído de seu livro *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* (1962).

O autor analisa a condição da juventude na sociedade capitalista a partir de uma visão estrutural das implicações das determinações político-econômicas e de classes sobre o jovem; podendo este se tornar um jovem radical ou um conservador.

Ianni relaciona o “advento político da juventude” à história do modo de produção capitalista. Para o autor, nos países que desenvolveram o modo capitalista de produção, as transformações geradas nas condições de vida dos grupos humanos possibilitaram o advento da ação política juvenil. Os movimentos radicais de países como o Brasil, Cuba, Venezuela, além de outros países da América do Sul e Europa, têm como líderes jovens que podem estar vinculados tanto as correntes políticas de esquerda quanto de direita. É preciso levar em conta que, nesta fase da vida, o jovem é imaturo e isto pode influenciar diretamente na sua escolha em relação a doutrinas políticas, muitas vezes contraditórias com os interesses de sua classe de origem (Ianni, 1962).

A questão base de todo o texto é saber como se desenvolve essa consciência social que transforma o jovem em político ativo. Neste momento, fica clara a influência dos textos Mannheimianos em que Octavio Ianni vai se valer tomando como base para sua análise a posição de classe do indivíduo e a compreensão desse processo dentro dos marcos histórico-estruturais da sociedade. Tal postura demarca uma tomada de posição que o distancia das interpretações dadas por outros autores ao problema da revolta juvenil. Assim, diversos especialistas procuram respostas para a atuação rebelde da juventude. Estas vão desde causas psicológicas e morais a causas institucionais; mas, segundo Ianni, fornecem apenas respostas fragmentadas para o problema e não conseguem analisá-lo em toda sua complexidade.

Para Eisenstadt “(1956 *apud* IANNI, 1962), o conflito entre as gerações tem como base as divergências entre as estrutura da família e o sistema social global. Quando o conjunto de normas sociais não está em harmonia com as normas familiares, a passagem do indivíduo para os outros grupos maiores da sociedade se daria em forma de crise gerando a revolta. Outra linha de interpretação, fundada em fatores psico-sociais, tem como base as idéias Freudianas. Desenvolvida por Mannheim, Ianni ressalta fragilidade de seu alcance – embora tome como ponto de partida algumas contribuições deste autor para se pensar a revolta juvenil. Desta forma, para Ianni (*idem*, p.230), o radicalismo político do jovem não pode ser explicado “[...] *como expressão derivada da hostilidade original contra o progenitor ou progenitora*. Ela é de outra natureza, ainda que ambas possam encontrar-se mescladas” (grifos do autor).

Como vemos, *o jovem radical é um produto natural do sistema social em que se encontra imerso*. O seu radicalismo produz-se exatamente no momento em que ele próprio descobre que o seu comportamento é tolhido, prejudicado, e, muitas vezes, deformado *institucionalmente*. [...] A análise apresentada nos parece de interesse para uma interpretação científica da adolescência, agora não mais vista em termos atomísticos e geralmente a-históricos. A concepção desenvolvida, ao contrário, funda-se numa compreensão *histórico-estrutural* do comportamento humano (IANNI, 1962, pp. 238-240).

É preciso levar em conta que, mesmo sendo a juventude um momento da vida do indivíduo mais propício às revoltas, há aqueles que renunciam às posições políticas de sua juventude; enquanto que outros nem mesmo chegam a desenvolver uma atuação política radical. Em muitos casos o que se observa é uma adequação ao sistema ao aproveitar as possibilidades abertas pelas gerações anteriores adotando assim uma posição conservadora. O momento da adolescência é também marcado pelo processo de socialização em que o indivíduo é preparado para desenvolver papéis sociais “condizentes com o *status quo*”. Durante esse processo, é possível uma reformulação ou perda dos referenciais que vão marcar o jovem; no entanto, a mobilidade social e os mecanismos de controle social podem atuar no sentido de formar uma personalidade adequada às exigências da sociedade.

As observações de Otávio Ianni sobre o comportamento do jovem radical, se apresentam como um esboço que vai lançar as bases para estudos posteriores sobre o tema dentro da sociologia brasileira. Partindo desta contribuição e procurando ir além, alguns anos

depois, Marialice Foracchi desenvolveria estudos mais sistemáticos sobre a problemática do jovem no mundo moderno.

3. Marialice Foracchi: a sociologia do jovem e do estudante na sociedade moderna

Qualquer levantamento das principais referências brasileiras na pesquisa sobre a juventude e o estudante teria o nome de Marialice Foracchi entre seus principais autores. Ainda na segunda metade da década de sessenta, a socióloga publicou um estudo sobre o papel dos estudantes na transformação brasileira. Apoiada nas pesquisas de Karl Mannheim, Foracchi vai se interessar sobre a juventude, seu comportamento e cultura política. Seus estudos sobre o tema abordam, entre outras questões, o conceito de geração, a transição para a vida adulta, pesquisas sobre o estudante enquanto categoria social, bem como o significado do movimento estudantil no mundo contemporâneo.

Foracchi destaca (em seu livro "*O estudante e a sociedade brasileira*", de 1965.) a especificidade de sua pesquisa em relação a outras que tomam o jovem e o estudante enquanto objeto de investigação. Tais pesquisas vão desde as condições sociais e psicológicas dos jovens sobre suas atitudes e opiniões; trabalhos que tomam a juventude sob o ângulo do desvio social e que tem como objetivo propor soluções assistenciais, entre outros. Segundo Foracchi, seu trabalho demarca uma diferença em relação aos anteriores. Assim, "a classe, como categoria explicativa, é convertida no eixo básico da exposição, já que a compreensão objetiva do processo de constituição do estudante como categoria social, não dispensa a elucidação da natureza e dos conteúdos de classe" (FORACCHI, 1965, p. 06).

Para a autora a condição de classe tem um destaque fundamental na compreensão das condições sociais as quais estão inseridos os estudantes na sociedade brasileira. Isto demarca também a situação privilegiada de uma parte dos estudantes brasileiros que tem acesso ao ensino superior, tendo em vista que uma outra parte (bem maior) não usufrui de tal privilégio.

A noção de classe enquanto suporte para a análise tem sua importância na medida em que as relações de classe, segundo a autora (*Idem*, p.66), "[...] compreenderia, então, relações de localização, caracterizadas por padrões peculiares de pensamento e de experiência". Fica clara a influência dos escritos de Mannheim, retomados por Foracchi, ao trabalhar a questão da relação/convivência dos indivíduos entre si "a partir das relações de localização, isto é, das relações decorrentes da localização dos agentes na escala sócio-econômica" (*Idem*, p.66).

Segundo Augusto (2005, p.13), outro elemento importante para a análise da autora da categoria estudantil são as situações interpessoais, "uma vez que definem e regulamentam as relações dinâmicas em que jovens e adultos estão envolvidos". Assim, as relações interpessoais são abordadas através da referência à família enquanto grupo social em que acontecem as relações de manutenção e o contato entre gerações, em que a caracterização feita por Foracchi se apóia mais uma vez em Mannheim (AUGUSTO, 2005, p. 13-14).

Sobre o papel da família em relação ao jovem estudante, os pais têm a função de provedores enquanto os jovens se dedicam aos estudos. No entanto, esta relação não se apresenta destituída de interesses: se por um lado há a obrigação dos pais em custear os estudos do jovem, por outro, se espera uma contrapartida deste último, uma vez que esta situação é encarada como um investimento por parte da família. Como destaca Augusto,

Há, portanto, um compromisso de retribuição que é amplo e permanente, e envolve o papel conferido ao jovem nos planos familiares de ascensão (ou de manutenção de posição) social. Assim, essa obrigação implica responsabilidade, tanto em relação ao seu próprio destino pessoal como em relação ao destino familiar. Seu compromisso

é o de fazer efetivas as conquistas e de propiciar novos avanços. Assim, ainda que configurada no presente, a dívida pode ser deslocada para o futuro, na medida em que existe a expectativa de que sua realização profissional possibilite a manutenção ou a melhora da posição relativa da família em termos de estratificação social (AUGUSTO, 2005, p. 15).

Para Foracchi (1965, p.302), a juventude "é, ao mesmo tempo, uma fase de vida, uma força social renovadora e um estilo de existência". Mais que isso, a juventude é vista pela autora como uma "força dinamizadora do sistema social [...] que envolve, também, um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal". Ainda segundo a socióloga (*idem*, p.303), a juventude vai além de uma etapa cronológica de vida com sua potencialidade rebelde e inconformada e que se apresenta como "uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constituí-lo, engajando-se".

Em seu livro "*A juventude na sociedade moderna*" (1972), Marialice Foracchi procura desenvolver a tese de que os elementos característicos da sociedade moderna – como, por exemplo: a concentração urbana, a especialização, o avanço tecnológico, os modernos meios de comunicação de massa e o destaque dado à ciência e aos meios materiais – se articulam e tem expressão direta nos movimentos de contestação, principalmente o movimento juvenil. É desta forma que a autora toma tarefa pesquisar – a partir das categorias da análise sociológica – a rebelião da juventude na sociedade moderna.

A autora (1972, p.19) retoma o legado de Mannheim para repensar a noção de geração: "é preciso estabelecer, todavia, com maior rigor, o significado da noção de geração e examinar os pressupostos do relacionamento entre as gerações". Desta forma, estabelece um diálogo com Mannheim em que partilha da idéia de geração enquanto situação social. Esta, por sua vez, é determinada a partir da relação que mantêm com os demais membros da sociedade inseridos dentro do processo histórico-social.

Os novos "agentes sociais" são a garantia da continuidade e renovação do patrimônio cultural. Porém, a continuidade de gerações implica a possibilidade de conflitos oriundos do questionamento do jovem frente à sociedade quanto ao seu significado e valores normativos. Para Foracchi,

a distancia entre gerações que se manifesta socialmente sob a forma de rebelião ou de conflito é, sem dúvida, marcada por um ato de contestação que é puramente sintomático. O fato fundamental, nele subjacente, que imprime marca definitiva ao processo, é a *rejeição da condição adulta*, tal como a sociedade impõe (FORACCHI, 1972, p. 27). (Grifo do autor).

No entanto, Foracchi destaca que o comportamento radical do jovem pressupõe uma socialização e formação escolarizada que apenas uma situação de vida social, cultural e econômica privilegiada podem oferecer. Desta forma, somente uma minoria possuidora de tal situação pode realizar, de forma plena, o engajamento radical (FORACCHI, 1972, p. 43).

Como se observa, o comportamento radical do jovem não encontra, nas situações sociais de vida, características das classes menos favorecidas, recursos favoráveis para concretizar-se ou, pelo menos, para ultrapassar o plano das atitudes críticas formais na participação efetiva. [...] Aquilo que, para os estudantes privilegiados, constitui o desenvolvimento natural de uma socialização refinada representa, para os jovens da camada inferior, um esforço de socialização. Tal fato significa que a universidade é seletiva e absorve os critérios de seleção social da sociedade global. (FORACCHI, 1972, p. 43-44).

A minoria de jovens de camadas menos favorecidas e que conseguem romper as dificuldades inerentes do acesso ao ensino superior, não conseguiriam – ou dificilmente

conseguiriam –, segundo a autora (*idem*, p.44), viver a valorização da cultura de forma plena “[...] em razão da pobreza cultural de seu meio de origem [...]”.

Por sua vez, a relação entre as gerações – no plano da instituição universitária, esta, encarada como um "microcosmo da sociedade" – se torna conflituosa na medida em que “a burocratização da função escolarizadora conduz ao atrofiamento da função socializadora” (*idem*, p.75). A incapacidade de desenvolver uma autocrítica de seu funcionamento enquanto instituição é, para Foracchi, uma das causas da crise pela qual a universidade passa. Colocados em lados opostos no desenvolvimento de suas funções - de professor e aluno - há, entre estes um conflito de gerações desencadeado por um estilo de vida e de pensamento que se opõe e que é mediado pela crise da instituição universitária. A autonomia intelectual e moral da universidade frente aos interesses dominantes da sociedade é uma exigência que encontra no movimento estudantil seu maior guardião.

Tal movimento é caracterizado pela autora dentro do plano histórico e social a partir da “necessidade de independência e auto expressão [que] marcam essa etapa da vida com um comportamento de rebelião, [...] a reação à autoridade [e a] dificuldade de aceitação dos papéis convencionais de adulto” (*idem*, p.74). A chegada do estudante à universidade permite-lhe a possibilidade de participação que se apresenta como uma situação social nova; uma oportunidade de partilhar com outros jovens problemas e angústias em comuns.

As observações feitas por Marialice Foracchi em seu livro “A juventude na sociedade moderna” reiteram a preocupação sociológica sobre o tema juventude/estudantes. De modo geral, a hipótese de que a crise do sistema tem impacto direto na juventude é tomada pela autora como fio condutor de todo o trabalho. É assim que sua reflexão procura ultrapassar a idéia de conflito de gerações uma vez que “a noção de juventude impõe-se como categoria histórica e social no momento que se firma como [...] movimento de juventude”.

Neste instante, os movimentos juvenis se destacam enquanto sujeitos de contestação que extrapolam os conflitos do relacionamento das gerações. Assim, Foracchi (*idem*, p.12) afirma que “o ponto fundamental a destacar é que, a sociedade, no seu pólo criativo, na sua dimensão enquanto cultura, passa a ser o marco da referência da contestação”. O movimento estudantil emerge como resposta a uma crise social. A partir de um projeto seu, procura intensificar esta crise com vistas a uma mudança que pode ser total ou parcial. Sua forma de expressão se dá no plano social e político como resposta à crise da sociedade moderna. Esta resposta não está ligada propriamente ao “debilitamento das estruturas institucionais” e às dificuldades inerentes de integração ao sistema, mas, pela articulação e persistência de tal modelo. Assim, Marialice Foracchi situa socialmente as manifestações juvenis e principalmente o movimento estudantil no plano da cultura ressaltando seu duplo aspecto:

A localização social do movimento estudantil, o conteúdo das suas táticas e sua importância relativa situam-no no plano da cultura, entendida aqui como superestrutura. Por esse ângulo, o movimento estudantil corresponderia a um modelo de manifestação da crise, enquanto crise da cultura, impondo-se, ao mesmo tempo, como tentativa de superação cultural da crise (FORACCHI, *idem*, p. 163).

Mesmo após décadas da publicação de seus trabalhos sobre o estudante e a juventude brasileira, as contribuições de Marialice Foracchi, no que diz respeito aos estudos sociológicos sobre a juventude, continuam pertinentes. Assim, sua obra tem lugar privilegiado podendo ser vista como clássica na medida em que levanta questões ainda centrais para o debate contemporâneo da juventude.

Considerações finais

A tarefa a qual nos propomos – de realizar um apanhado dos primeiros trabalhos nos marcos de uma sociologia da juventude brasileira – abre uma margem grande para possíveis omissões. Justificamos assim nosso recorte tomando como base para tal empenho os textos de Otávio Ianni e Marialice Foracchi, além das contribuições de Karl Mannheim que seriam retomadas por esses dois primeiros autores.

Vale ressaltar, por fim, que todo o empenho de Ianni e Foracchi no estudo da juventude enquanto categoria social demarca os primeiros esforços de sociólogos brasileiros em pensar a singularidade da situação do jovem na modernidade. Desde então (e a partir deles), foram desenvolvidos outros trabalhos nesta área consolidando as pesquisas no campo de uma sociologia da juventude brasileira.

A emergência de novas formas de expressões juvenis ao longo das últimas décadas exigiu, por sua vez, um olhar que ora dialoga diretamente com esses autores, ora os tomam como ponto de partida ressaltando e levantando novas questões. Assim, nos mais diversos centros de pesquisa do país, o desenvolvimento dos estudos sociológicos sobre a juventude tem revelado novos aspectos sobre este tema. Mas isso é tarefa para um próximo texto.

Referências bibliográficas

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude**. Tempo soc., São Paulo, v. 17, n. 2, Nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030702005000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Mar. 2010.

FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1965.

_____. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Livraria Pioneira. 1972.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século xx: 1914-1991** – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Sociologia da sociologia – o pensamento sociológico brasileiro**. – São Paulo. Ed. Ática, 1989.

MANNHEIM, Karl. "O problema sociológico das gerações", in: Marialice M. Foracchi (org.). Mannheim, Col. Grandes Cientistas Sociais 25, São Paulo, Ática, pp. 67-95, 1982.

MANNHEIM, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna”, in: Sulamita Britto (org.). Sociologia da juventude I – da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 69-94, 1968.

¹ É mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2010). Possui graduação em Comunicação Social (2003) e é aluno de Ciências Sociais pela UFPB.